

## VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DOS DADOS ESTATÍSTICOS ÀS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

*Fernanda Kalianny*

Esse texto tem como objetivo refletir sobre a realidade da violência contra as mulheres a partir das estratégias individuais e coletivas utilizadas para seu enfrentamento. Para abarcar dados estatísticos, apontamentos políticos e características dos enfrentamentos, que foram protagonizados por diferentes mulheres, dividimos o texto em três partes. Em um primeiro momento, trazemos a caracterização do que é violência, aliando a essa definição dados estatísticos que ajudam a ilustrar qual o perfil das vítimas, em que espaços a violência costuma acontecer, qual a situação de diferentes estados brasileiros e do Brasil se comparado a outros países.

Em seguida, trazemos para problematização quatro casos de violência que tiveram destaque nos últimos anos, no Brasil: o caso New Hit, na Bahia, no qual duas adolescentes foram estupradas pelos integrantes da extinta banda; o assassinato e estupro de três mulheres em Queimadas, Paraíba, cidade que foi cenário de muitos casos de violências brutais contra mulheres; o revenge porn, nome dado a um fenômeno recente no qual ex-namorados, buscando vingança por não aceitarem o fim do relacionamento, divulgam na internet fotos e/ou vídeos de transas ou de ex-companheiras nuas sem consentimento das mulheres; e, por fim, a repercussão dos resultados da pesquisa feita pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que resultou em muita discussão e fotos de mulheres por todo o país, divulgadas em redes sociais, que afirmavam que nenhuma mulher merece ser estuprada.

Para finalizar, refletimos sobre estratégias individuais e coletivas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Além dos enfrentamentos judiciais ou da articulação de movimentos sociais, por exemplo, quais são as outras ferramentas que possibilitam às mulheres enfrentarem a violência vivida? Para essa reflexão, realizamos uma oficina de troca de experiências entre mulheres jovens, que sofreram violência sexual.

### O QUE É VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A QUEM ACOMETE?

Quando falamos sobre esse tema, é crucial termos em mente dois diferentes apontamentos: o primeiro é que não existe um só tipo de violência, isto é, não se deve entender assim apenas os atos direcionados contra mulheres que estão relacionados a agressões físicas ou sexuais. É essencial considerarmos as violências que ocorrem de forma mais velada e silenciosa, que tende a nos colocar em diferentes espaços daqueles ocupados pelos homens ou nos fazem crer sermos incapazes de estar em algumas posições, que não marca nosso corpo propriamente, mas traz danos constantes para o emocional, relacionando-se ao controle de nossas ações, à violação da privacidade, aos xingamentos

e à violência psicológica. Tal apontamento faz-se importante, pois entendemos que a violência vivida pelas mulheres abarca dimensões diversas, que devem ser pontuadas.

Um segundo apontamento necessário é que quando falamos de mulheres, colocamos em evidência uma multiplicidade de experiências, há muitas formas de viver sendo mulheres, tendo em vista os cruzamentos que precisamos fazer entre as questões de gênero, raça, classe e sexualidade. No entanto, ainda que sejamos muito diferentes entre nós, há algo que nos une: todas nós somos passíveis de ser vítimas de violência e todas teremos que nos esforçar muito, caso isso aconteça, para provar que estamos falando a verdade quando tentamos fazer uma denúncia.

A violência contra as mulheres caracteriza-se, como pontua Jean Enriquez, por uma naturalização do que acontece, como se fosse normal que os homens pudessem agir de forma a nos punir, sendo-nos dirigida não só por homens individualmente, mas também por grupo de homens, instituições sexistas e pelo Estado, tendo como objetivo controlar nossos corpos, vida e sexualidade. Tal violência faz parte, portanto, do sistema no qual vivemos, sendo estruturante, ou, em outras palavras, um dos pilares de sustentação do sistema capitalista patriarcal que se baseia na diferenciação que se faz entre homens e mulheres, o que significa, geralmente, a distinção entre aqueles que dominam e aquelas que tentarão dominar.

Diante dessa naturalização com a qual a violência é tratada, é comumente difícil que uma mulher entenda que está sendo vítima de violência e que a culpa não é sua pelo que está acontecendo, pois o problema jamais será individual. Os sentimentos comuns que surgem após a descoberta de que se é/foi vítima de violência costumam estar associados com sentimento de culpa pelo que aconteceu. Surgindo questionamentos relacionados ao comportamento individual, desde se a roupa que estava sendo usada foi a causa do que ocorreu ou qualquer outro traço ligado ao comportamento ou às escolhas feitas naquele(s) momento(s) – aceitar ou não uma carona, por exemplo. O processo para entender que a violência sofrida não se dirige estritamente àquela mulher, mas que é algo mais complexo e ligado a toda a sociedade, nem sempre acontece, mas quando ocorre pode ser um fator emancipador.

#### A REALIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

Nesse sentido, é preciso pensar a violência como um problema global, ainda que possua características específicas em cada local que consideremos. Buscando entrar nessas especificidades com relação ao Brasil, achamos importante recorrer a alguns dados estatísticos. Para começar, o país ocupa, segundo dados do Instituto Sangari, dentre 84 países do mundo, a 7ª posição nas taxas de feminicídio – homicídios de mulheres –, estando atrás apenas de El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia, Colômbia e Belize. No que diz respeito aos estados brasileiros, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, Paraíba e Mato Grosso do Sul configuram com os maiores índices de feminicídio, enquanto Santa Catarina, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo e Piauí têm os cinco menores índices.

Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001 e ampliada em 2010, 33% das brasileiras entrevistadas afirmaram já ter sido vítima de alguma forma de violência física (24%

foram ameaçadas com armas e tiveram cerceado o direito de ir e vir; 22% passaram por agressões propriamente ditas e 13% estupro conjugal ou abuso); 27% sofreram violências psicológicas e 11% afirmaram já ter sido alvo de assédio sexual. Entre as modalidades mais frequentes, 16% já levaram tapas, empurrões ou foram sacudidas (20% em 2001); 16% sofreram xingamentos e ofensas que se referiam à conduta sexual (antes 18%) e 15% foram controladas sobre onde e com quem iriam.

Com relação ao perfil das mulheres vítimas de violência 46% são negras (11% pretas e 35% pardas), 45% brancas, 2% amarelas e 2% indígenas . A maior taxa de vitimização entre as mulheres concentra-se na faixa dos 15 aos 29 anos, sendo preponderante de 20 a 29 anos . Os locais em que as mulheres são vítimas de violência variam de acordo com a idade: a residência é o local principal até os 10 anos de idade e a partir dos 30 anos, correspondendo a 71,8% dos casos. Dos 20 aos 59 anos, o principal agressor é o cônjuge. A partir dos 60 anos, os principais agressores são os filhos. Ainda segundo o mapa da violência, dos 15 aos 60 anos, no caso de violência sexual, o desconhecido é o principal agressor – o que pode ser problematizado se pensarmos que nem sempre o abuso cometido pelo parceiro sexual é considerado ou encaixado pelas vítimas como estupro.

Outros dois pontos a serem ressaltados no levantamento de dados feito, é que apenas um terço das mulheres reporta a violência sofrida às autoridades públicas. Recorrendo com mais frequência às denúncias públicas nos casos de ameaça à integridade física por armas de fogo (31%), espancamento com marcas, fraturas ou cortes (21%) e ameaças de espancamento à própria mulher ou aos filhos (19%) . Além disso, em todos os casos, o pedido de ajuda recaía principalmente sobre outra mulher da família da vítima, sejam mães, irmãs, ou amigas próximas. Agora que traçamos alguns dados que nos ajudam a pensar a violência em nosso país, passaremos a descrever de forma mais detalhada os casos de violência supracitados, para ilustrarmos de forma a sair dos números, casos recentes em que mulheres foram vítimas de violência e quais foram as ações dos movimentos sociais e feministas para que os agressores fossem punidos.

#### REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM CASOS ESPECÍFICOS

Apresentamos, a seguir, alguns casos que tiveram destaque no último período, cada um por motivos específicos. A escolha de cada um deles se deu porque houve algum tipo de organização e mobilização das mulheres para enfrentar a violência, e queremos refletir sobre essas estratégias de enfrentamento.

#### Caso New Hit: estupro coletivo, escracho e impunidade

Em 2012, duas adolescentes foram estupradas por nove homens que integravam a banda New Hit, dentro do ônibus do grupo. As duas adolescentes eram fãs da banda e, como acontece com frequência nos shows de bandas pop, elas se dirigiram até o ônibus para pedir autógrafos e parabenizar um dos integrantes que estava fazendo aniversário. O estupro ocorreu com a conivência e também violência de um Policial Militar que fazia a segurança da banda naquela noite e não fez nada quando percebeu o que estava ocorrendo.

Nesse caso, mas também nos outros que trataremos a seguir, faz-se necessário lembrarmos o que hoje é considerado estupro pela legislação brasileira: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso.

Tendo isso em vista, na pesquisa feita sobre o caso, nos deparamos com o resultado dos exames de DNA feito pela promotoria, no qual foi encontrado sêmen de 6 dos 10 integrantes da banda nas roupas das vítimas. Tal resultado corrobora com a denúncia das vítimas de que haviam sido estupradas por mais de um homem. Ainda é importante salientar que não ter encontrado o sêmen dos dez acusados em suas vestes, não significa que não houve participação de todos eles. Mesmo com provas como essa, os integrantes da banda sustentavam que não havia ocorrido sexo contra a vontade das menores de idade e assistimos a algo que poderíamos chamar de um julgamento simultâneo dos réus e das vítimas.

Tamara Terso acredita que o caso ter sido destacado na mídia se deu pelo perfil da banda – composta por jovens de classe média e envolvida em polêmicas anteriores, como um caso de racismo, além da fama –, o fato de as duas vítimas à época serem menores de idade, o crime de estupro e, por fim, a mobilização de movimentos sociais, principalmente, de organizações feministas como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), para que os agressores fossem punidos.

Pensando nas intervenções da MMM, podemos destacar algumas das ações feitas. Ainda em outubro de 2012, o Núcleo Negra Zeferina, da MMM de Salvador, escrachou o vocalista da banda Eduardo Martins. Organizado em frente a sua casa, o escracho foi feito para denunciar que ali morava um estuproador, além de carregarem cartazes nos quais estava escrito “Mexeu com uma, mexeu com todas!”. Denunciaram ainda que enquanto o cantor esperava o julgamento tranquilamente em uma casa de veraneio, as vítimas estavam coibidas, ameaçadas de morte e escondidas da sociedade.

Entre os dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 2013, o julgamento foi iniciado. Mas foi adiado para os dias 03, 04 e 05 de setembro do mesmo ano, quando novamente foi adiado para os dias 17, 18 e 19 de setembro de 2013. As mulheres da MMM se organizaram em acampamento durante os dias de julgamento que aconteceram na cidade de Ruy Barbosa, na Bahia. Na quarta-feira, 20 de fevereiro de 2013, as duas adolescentes chegaram a escrever uma carta, na qual agradeciam às integrantes da MMM pelas suas intervenções e aos outros envolvidos pelo apoio.

Somaram-se a essas ações, o fato de as integrantes da MMM se organizarem para fazer denúncias sempre que a banda fosse se apresentar, pressionando para que os patrocinadores retirassem o patrocínio. Foi o que ocorreu quando um show seria realizado para homenagear as mulheres no mês de março de 2013, em Fortaleza, Ceará. Diante dessas ações, a banda acabou sendo extinta em setembro de 2013. Como pudemos notar, ao contrário do que se esperaria em um caso como esse o que ocorreu foi um processo de dupla vitimização das adolescentes, que além de serem vítimas de violência, tiveram suas denúncias colocadas como duvidosas. Apesar da pressão exercida pelo movimento e das cobranças para que os réus fossem punidos, o julgamento final está previsto para acontecer apenas em outubro de 2014. Nesse intervalo de tempo, os envolvidos só ficaram presos 38 dias e conseguiram ser soltos com pedido de habeas corpus.

Apesar de não raro assistirmos ao isolamento da vítima e a não punição dos agressores, nesse

caso, soma-se como um agravante a situação financeira dos acusados, que possuem dinheiro suficiente para terem maior valor atribuído às suas palavras. Pois se normalmente a palavra dos homens tem um valor maior que a das mulheres, se os homens pertencem a classes sociais mais elevadas, há uma maior importância atribuída ao que por eles for dito, o que conseqüentemente aumenta as chances da impunidade. Tal fato pode ser exemplificado, como demonstra Tamara, nas notícias veiculadas pela mídia, nas quais se costuma ressaltar o suposto sofrimento dos integrantes da extinta banda, mas não há espaço para ouvir as vítimas ou quem as defende. A difusão das notícias em redes sociais, nesse sentido, foi muito importante para dar visibilidade ao caso e voz às vítimas.

### Estupros coletivos e assassinatos em Queimadas, na Paraíba

A cidade de Queimadas na Paraíba, nos últimos anos, tem trazido à tona casos brutais de violência contra as mulheres. Em 2012, um caso de estupro coletivo chocou todo o país. Dez homens estupraram cinco mulheres e assassinaram duas delas – Michelle Domingos e Isabela Pajuçara. Os homens alegaram querer “presentear” um aniversariante, em um exemplo cruel de transformação das mulheres, seus corpos, sexualidade e suas vidas, em objetos disponíveis para o prazer dos homens. O caso ganhou destaque na mídia pelo caráter cruel com a qual as mulheres foram assassinadas e estupradas. A partir dos esforços dos movimentos feministas e sociais local, Queimadas foi incluída entre as cidades que foram visitadas pela CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional) da violência contra as mulheres, em 2012. Foram ouvidas pelos membros da CPMI as vítimas sobreviventes e testemunhas do caso, além de representantes dos movimentos de mulheres.

Apesar do envolvimento dos movimentos que fez o caso repercutir nacionalmente, não permitindo o seu esquecimento, o julgamento final do último réu só ocorreu em setembro de 2014. O que se deu pelo fato deste pertencer a uma família com influência política e econômica na região. Em junho de 2014, o julgamento foi encaminhado para a Comarca de João Pessoa, o que dificultou a interferência do poder da família do agressor no julgamento – uma das conquistas dos movimentos envolvidos – e em 26 de setembro de 2014, Eduardo Santos, o mentor do crime, foi considerado culpado por dois homicídios, formação de quadrilha, cárcere privado, corrupção de menores, porte ilegal de armas e cinco estupros, o que resultou em uma condenação a 108 anos de prisão.

Também em Queimadas, no ano de 2012, Ana Alice de Macedo Valentim, adolescente de 16 anos, foi abordada quando estava chegando em casa, sendo posteriormente estuprada e violentamente assassinada. Esse caso nos chama atenção pelo envolvimento dos movimentos sociais para que houvesse um julgamento rápido do assassino e, assim, o caso não ficasse impune. Criou-se, ainda no momento de seu desaparecimento, um Comitê de Solidariedade Ana Alice, formado por mais de trinta entidades da sociedade civil, impulsionados pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Queimadas. Tal Comitê tornou-se referência no Polo Borborema e na cidade de Queimadas para tratar casos de violência contra a mulher e garantiu que a denúncia alcançasse uma dimensão nacional.

O comitê produziu documentos e realizou mobilizações e panfletagens, nos momentos de audiência e julgamento do caso, e também quando completou “Um ano sem Ana Alice”. Em todos esses

momentos de ações públicas, houve cobertura da mídia local. Segundo uma integrante do Comitê, a mobilização permanente tem quebrado tabus relacionados à violência na cidade.

Algumas mulheres, que haviam sido vítimas de estupro, passaram a frequentar as reuniões, pois entendiam que essa era uma forma de enfrentar o que haviam vivido, quebrando o silêncio que era preponderante anteriormente. Com a participação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Queimadas no Comitê, este se tornou um ponto de referência para outras vítimas – tanto do campo, quanto da cidade – o que proporcionou o envolvimento do Comitê em outros quatro casos de violência no município, além de casos de outros municípios da região. Além disso, tem ocorrido diálogo direto com a Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, que tenta encontrar caminhos para apoiar essas mulheres. Fruto da mobilização feita junto ao governador e ao secretário de segurança, conseguiu-se inaugurar uma delegacia setentrional na cidade de Queimadas, que terá atendimento de 24 horas.

No caso Ana Alice, o comitê foi fundamental tanto para que a prisão de Leônio Barbosa de Arruda ocorresse o mais rápido possível, quanto para que este fosse encontrado, após ter fugido da Penitenciária de Segurança Máxima de Campina Grande, em abril desse ano. O réu ainda não foi julgado pelo caso de Ana Alice, pois como havia estuprado outras mulheres, será primeiro julgado pelos outros crimes. Por enquanto, o que se sabe é que seu julgamento será feito em júri popular e que ocorrerá nos próximos meses.

#### ORGANIZAÇÃO/MOBILIZAÇÃO PERMANENTE E DENÚNCIAS PÚBLICAS

Os exemplos anteriores confirmam um aprendizado histórico do movimento de mulheres: a organização e a mobilização da sociedade são fundamentais para questionar e pressionar o julgamento de casos de violência. No entanto, não podemos deixar de apontar que mesmo com a mobilização dos movimentos sociais e feministas, nem todos os casos foram resolvidos. A impunidade dos 10 envolvidos no estupro das duas adolescentes na Bahia, a demora para que um dos assassinos seja julgado no primeiro caso citado de Queimadas demonstram uma ação ineficaz da justiça quando se coloca diante de casos de violência contra as mulheres. Isso nos faz notar o abismo que há entre o ideal de sociedade que almejamos alcançar e o que temos hoje, no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres.

#### INTERNET: UM NOVO TERRENO PARA A MESMA VIOLÊNCIA

O *revenge porn*, fenômeno recente no qual ex-parceiros inconformados com o fim de relacionamentos divulgam conteúdos íntimos e eróticos sem consentimento das mulheres, chama atenção pela forma que a exposição causa danos à vida das mulheres envolvidas. Em 2013, em um intervalo de dez dias, duas jovens, Julia Rebeca de 17 anos e uma adolescente gaúcha de 16 anos, se suicidaram após terem imagens íntimas veiculadas na internet.

Por trás desses casos, podemos trazer à luz algumas questões importantes. Se os vídeos divulgados costumam trazer um casal fazendo sexo, por que causa tanto dano emocional e psicológico

às mulheres terem sua imagem divulgada? Assistimos a uma questão de poder exercida pelos homens, no qual o sexo por eles feito não lhes traz danos à imagem, mas às mulheres traz julgamentos ligados ao comportamento, especificamente aqui por terem se deixado filmar.

No entanto, ainda que estejamos diante de uma nova forma de atingir às mulheres, pois tratamos de um novo espaço em que a violência ocorre, não se trata de um novo crime, isto é, de um crime cibernético, estamos, na verdade, lidando com uma readaptação da violência contra as mulheres, que tem de novidade apenas o espaço em que acontece. Há ainda a peculiaridade, no revenge porn, de muitas pessoas tornarem-se cúmplices do crime e do que acontecerá na vida dessas mulheres que são expostas pelo “simples” ato de compartilhar. Quanto mais um vídeo é compartilhado e mais pessoas visualizam mais difícil se torna reverter a situação. Não temos como culpado apenas aquele que coloca o conteúdo na internet, portanto, mas também todos aqueles que visualizam e compartilham. Estamos novamente diante da culpabilização das mulheres e da impunidade dos agressores.

#### QUE TIPO DE IDEOLOGIA TOLERA/SUSTENTA AS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS MULHERES?

Tais fatos nos fazem refletir sobre o pensamento misógino que perpassa a sociedade brasileira e faz com que esses acontecimentos sejam tratados com tanta naturalidade e que a impunidade seja também aceita por uma parcela tão grande da população. A pesquisa feita pelo IPEA e divulgada no início de 2014, intitulada “Tolerância social à violência contra as mulheres”, nos fornece elementos para refletir sobre isso. A pesquisa traz algumas respostas polêmicas que repercutiram bastante na mídia e nas redes sociais.

A princípio, o IPEA divulgou que 65% dos entrevistados concordavam com a afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Em uma ação virtual, as mulheres reagiram, o que se deu a partir de fotos das mulheres que seguravam cartazes afirmando “Eu não mereço ser estuprada”, “Eu não mereci ser estuprada”, “Ninguém merece ser estuprada/o”, “Nenhuma mulher merece ser estuprada”. Em poucos dias, o número de mulheres e homens que participaram da campanha pela rede alcançou uma grande quantidade, o que fez com que alguns homens reagissem violentamente às postagens. Uma das mulheres que iniciou a campanha na rede chegou a receber ameaças de estupro por mensagens.

O avanço da mobilização fez com que a problematização feita pelas postagens na internet aparecesse na mídia, em revistas e jornais, o que pode sinalizar a capacidade de colocarmos nas redes sociais pautas importantes e até mesmo o quanto podemos pautar a própria mídia através da internet. É interessante notar o quanto o debate foi evoluindo durante a mobilização: de postagens pensando apenas as mulheres individualmente “Eu não mereço/mereci ser estuprada”, o debate passou a ser feito pensando na violência que as mulheres sofrem diariamente e como esse é um problema que está enraizado em nossa sociedade. A partir dessa constatação, passou-se a pensar nesses debates o quanto a violência que as mulheres sofrem passa por um processo de naturalização, isto é, como se trata a violência como algo normal e que simplesmente acontece. Essas questões foram levantadas não só pelos movimentos feministas, mas também por mulheres que não são de nenhum movimento feminista ou que não se reivindicam feministas.

Depois de ter repercutido a divulgação inicial da pesquisa, o IPEA lançou nota em que se desculpava pela confusão que havia sido feita, pois o resultado havia sido divulgado de forma errada. Na verdade, 26% dos entrevistados concordavam que “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” e 65% concordavam que “A mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”. Como se pode notar, o novo resultado não soa menos assustador que a primeira divulgação, pois 26% ainda concordam que mulheres merecem ser atacadas pela roupa que usam e 65% continuam achando que as mulheres que são vítimas de violência sentem algum prazer em viver nas condições em que estão colocadas. Além disso, 58,5% dos entrevistados concordam que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Temos novamente aqui, bem como nos casos que citamos anteriormente, a tendência a se acreditar e justificar o comportamento dos agressores, o que se dá baseado em culpar a vítima e continuar protegendo os agressores.

Um dos pontos interessantes para retomarmos do debate que aconteceu nesse contexto, nas redes sociais, mas também em outros locais, é que o estupro não tem a ver estritamente com uma relação de desejo, nem com o nosso comportamento, sendo uma relação de poder que se exerce, na qual se busca afirmar a quem realmente pertence o espaço público, quando somos vítimas de estupro no transporte público ou na rua, mas não só isso. Quando parte de alguém que a vítima conhece, o que é bastante comum, a mensagem que se passa e a relação que se exerce quando a violência sexual ocorre é que além do espaço, o nosso corpo e sexualidade pertencem ao agressor. Sendo a ele legítimo, portanto, desempenhar da forma que melhor entender o seu poder e as suas vontades.

Podemos notar na repercussão da pesquisa do IPEA, através da mobilização virtual protagonizada por mulheres, que de forma parecida com o que aconteceu no Comitê Ana Alice, as mulheres passaram a relatar as violências que sofreram e o que a princípio era apenas uma foto segurando um cartaz, passou a significar mais que isso. Na internet, várias mulheres tiveram a coragem de expor o que ocorreu com elas, algumas vezes de forma anônima outras não. Acreditamos que isso tem a ver com sentir-se acolhida por outras mulheres para compartilhar experiências e entender que a violência contra as mulheres não é uma questão individual, mas um problema que perpassa toda a sociedade.

#### DAS VIOLÊNCIAS EXPLÍCITAS ÀS SILENCIOSAS: QUAIS AS NOSSAS ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DE ENFRENTAMENTO?

Dando continuidade ao que nos propomos no início do texto, nesse ponto, buscamos prosseguir desmistificando os dados estatísticos e dando rosto às mulheres que são vítimas de violência. Os apontamentos que seguem foram sistematizados a partir de uma oficina de reflexão da qual participaram mulheres que já foram vítimas de violência sexual. A metodologia da oficina parte do compartilhamento de experiências das estratégias individuais e coletivas de enfrentamento à violência e de superação da violência sofrida. Deste modo, foi possível refletir sobre as necessidades que tem a vítima e que tipo de acolhimento se faz necessário. Participaram desta oficina 8 mulheres jovens.

Entre as estratégias individuais identificadas pelas participantes, encontramos algumas em comum, que demonstram como suas ações são moldadas e mediadas pelo reconhecimento de que



vivemos em uma sociedade machista. Não ficar sozinha no ponto de ônibus tarde da noite, correr da estação de metrô ou do ponto de ônibus até em casa para chegar mais rápido, não aceitar carona de semi-conhecidos, escolher o vagão do metrô que tem menos homens ou sentar, preferencialmente, ao lado das mulheres, o receio de reagir ao assédio na rua quando se está sozinha, não ficar sozinha com homens em lugares nos quais sentem que podem estar vulneráveis ou alterar a rota que seria feita porque veem um homem desconhecido na calçada, são todas ações individuais que encontramos entre aquelas usadas pelas participantes cotidianamente para sentirem-se mais protegidas.

Esse processo de descoberta de mecanismos para aprender a sobreviver em um mundo que parece estar sempre pronto para devorar as mulheres, no entanto, não é algo natural, mesmo que comece desde muito cedo. É algo que vamos aperfeiçoando a partir das nossas vivências. Podemos refletir, nesse sentido, que a sociedade patriarcal está organizada para que a responsabilidade da violência recaia sobre as mulheres, lidando com os homens de modo a deixá-los livres e desimpedidos para agirem como desejarem. Cabe aqui lembrarmos uma das máximas que sempre aparecem em cartazes nas manifestações feministas: “Ensinem os homens a não estuprar, não as mulheres a não serem estupradas”, ao trazermos à tona esse modo de lidar com as violências, podemos entender então um dos pontos que faz com que as mulheres tomem tantos cuidados ao estarem nos ambientes públicos. No entanto, as estratégias individuais não são suficientes para a prevenção e o enfrentamento à violência, precisam, pois, serem combinadas às estratégias coletivas, inclusive para que as mulheres possam perceber quando são vítimas de violência ou quando uma conhecida está passando por isso.

Dentre as estratégias coletivas para enfrentarmos a violência, uma das necessidades que apareceu foi de termos campanhas educacionais que digam o que é violência e quando ocorre. Refletindo sobre o conteúdo das mensagens transmitidas pelas campanhas, as participantes notaram que os cartazes direcionados à população costumam ter a imagem de mulheres de olho roxo, o que alimenta a ideia de que violência é apenas aquilo que deixa hematomas. Além disso, o lugar da mulher é sempre o da vítima, isto é, um lugar que nenhuma mulher quer estar, pois sinaliza fragilidade e não ação. Desse modo, entre as alternativas de campanhas apontadas como mais interessantes está a proposta de representar as mulheres no lugar de sujeito, de pessoa que enfrenta a violência e é capaz de sair da situação; ou, ainda, campanhas que tenham como alvo os agressores, constringendo-os.

Nesse sentido, a violência insere-se em nossos corpos e memória, modificando a forma de agir, alterando a relação das mulheres com a sexualidade. Conforme relatou uma das mulheres, a violência “bagunça e dificulta o entendimento de nós mesmas sobre o porquê agimos de uma forma e não de outra”. Uma experiência comum entre as mulheres, portanto, é que, mesmo quando não sabem identificar que foram vítimas de violência, aquilo que aconteceu, por mais que os anos passem e tenham a tendência de ignorar ou tentar esquecer, a violência deixa marcas. Entender, portanto, o que é a violência é crucial para que se possa dar nome ao que aconteceu e ao que se sente depois, possibilitando que as mulheres possam se reorganizar por dentro. Ainda de acordo com as experiências que foram colocadas: é como se a vida de quem foi vítima de violência se dividisse em dois diferentes momentos: o primeiro é o acontecimento que marca – que pode ter ocorrido em um dia, numa questão de segundos ou ter atravessado a vida durante longos anos – e o segundo é quando se encara o acontecimento e se pode nomeá-lo.

Esse processo de reconhecimento acontece de forma diferenciada para cada mulher. A experiência comum entre as participantes da oficina é que esse processo levou meses ou anos. Além disso, foi comum o fato de que o entendimento da violência sofrida tenha se dado a partir da escuta ou da leitura do relato de outra(s) mulher(es). É como se por meio daquele relato, se deparassem com um estalo na cabeça que mostrasse e ajudasse a dar nome ao que aconteceu. Segundo as participantes, num primeiro momento, surge um “receio de contar a outras pessoas e de nos olhar no espelho”, “é como se passássemos a nos enxergar como portadoras de algum problema sem solução”, “como se fôssemos ser reduzidas àquilo”, “não seríamos mais tudo o que somos, não teríamos mais profissão, sonhos e vontades, seríamos apenas mulheres que foram agredidas, estupradas ou que passaram por relacionamentos doentios e violentos”. Essa sensação se dilui na medida em que se nomeia o que aconteceu. Quando passa de ser “algo ruim pelo qual passei”, e passa a ser enfrentado pelo nome: estupros, agressões, violência psicológica, entre outros. O processo de nomeação é, portanto, um processo que pode ser entendido como libertador.

As mulheres relataram que, após o processo de nomeação, se abre um caminho para refletir sobre o quanto acontecimentos ligados à violência têm o poder de controle, pois quando são esmiuçadas experiências diversas de diferentes mulheres, nota-se o quanto o agressor consegue calcular o que está fazendo, o quanto se sente protegido pela sociedade para exercer o seu poder sobre os corpos e vidas das mulheres. Conhecendo a experiência de diferentes mulheres, é possível perceber a intencionalidade do agressor, e compreender que não foi um desejo insaciável, ou um descontrole, ou que as mulheres em diferentes situações tivessem “provocado” a violência. Um ponto importante para atentarmos é que quase todos eles têm a certeza de que não serão denunciados e se assim o forem que não sofrerão retaliações pelo que fizeram. Isso não acontece apenas quando estamos lidando com homens poderosos econômica ou politicamente, como os integrantes da banda New Hit ou um dos assassinos no caso de estupro coletivo em Queimadas, mas acontece também quando a violência se direciona às mulheres no interior de uma família.

Não raro ouvimos relatos de mulheres que eram abusadas por homens da família, padrastos, pais, cunhados, entre outros, e quando recorreram a alguma mulher da família para contar, lidaram com uma espécie de cálculo para saber o que fazer com aquela informação ou ficaram diante da recusa da outra em acreditar nos fatos ali colocados. Comumente nos deparamos com a dúvida ou com as buscas por justificativas que nos façam entender por que aquele homem agiu daquela forma. Se ele era um bom pai, trabalhador, não deixando nada faltar aos filhos, mas também abusava sexualmente da sua cunhada ou batia na sua esposa, parece que os dois últimos casos tornam-se menores. A violência contra as mulheres continua então sendo banalizada a tal ponto que entre ser um bom pai e um estuprador, é como se o fato de ser bom pai eliminasse ou tivesse o poder de amenizar as outras ações.

Dessa forma, notamos, diante do que já foi colocado sobre a necessidade de nomear o que ocorreu, uma segunda necessidade ligada à fala. Falar é, portanto, uma das ações indispensáveis para uma mulher que foi vítima de violência. Como o poder da fala e o valor atribuído a ela está, em nossa sociedade, muito relacionada aos homens, quando as mulheres podem falar o que sofreram e de algum modo quebrar o tabu de quem são as mulheres estupradas ou que sofrem violências diversas,

consequentemente estamos diante de um processo de empoderamento. Ainda que essa fala não seja necessariamente um “discurso”, que seja um relato em uma página anônima na internet, ou que se dirija a um pequeno número de pessoas nas quais se confia, falar é deparar-se com o problema que aconteceu e um grande passo para enfrentá-lo.

Dizer, contar, narrar o que aconteceu não se restringe a um momento individual de enfrentamento. Cada vez que uma mulher quebra o silêncio, contribui para que outras se sintam menos inferiorizadas pelo que lhes aconteceu, somando-se a isso o fato de entenderem que não são as únicas que passaram por violência, dando um passo para perceberem que não é um problema individual, mas algo que está enraizado em nossa sociedade. Podemos citar dois exemplos de mulheres famosas que denunciaram que foram vítimas de violência e consequentemente contribuíram para o aumento do número de denúncias feitas por casos parecidos: uma delas foi Luana Piovani, quando denunciou ter sido agredida pelo ator Dado Dolabella, e a outra é Xuxa Meneghel, que denunciou ter sido vítima de abuso da infância até os 13 anos.

Voltando às estratégias coletivas que foram pensadas pelas mulheres poderíamos elencar algumas outras que foram entendidas como necessárias: acolhimento psicológico para mulheres violentadas; divulgação massiva de telefones como disque denúncia; câmeras no transporte público que facilitem a identificação dos agressores; melhor iluminação das ruas para que as mulheres possam se sentir mais seguras.

Também é preciso que refletir sobre a estrutura que uma delegacia oferece a uma mulher quando esta vai fazer uma denúncia. Não raro, uma mulher que vai a uma delegacia sente-se fragilizada, tendo que juntar forças para estar ali, naquele momento. Mas a recepção que lhe é oferecida não é amigável. Pode ser recebida por um grito do outro lado do balcão que pergunta o que aconteceu, como se fosse simples relatar aos quatro ventos que tipo de situação a levou até ali. Segue-se uma série de perguntas que buscam os detalhes para ver em que momento a mulher cairá em contradição, pois se parte sempre do pressuposto que as mulheres estão erradas e mentindo.

Qualquer mulher que tenha sido vítima de violência ou que tenha acompanhado uma que o tenha sido, sabe quão angustiante é passar por uma situação como essa. Ao invés de perguntas sem fim, o que as mulheres precisam é de acolhimento. Interessante pensar que as perguntas nunca são dirigidas aos acusados: por que você fez isso? O que aconteceu? Mas sempre às mulheres que foram fazer a denúncia: o que você estava fazendo para isso acontecer? Onde estava? Com quem? Com que roupa? A lógica perversa de culpabilização da vítima persiste, mesmo quando teoricamente a vítima deveria ser acolhida e sentir-se segura. O acolhimento psicológico, um(a) profissional que possa ajudar as mulheres a reconstruir ou realocar os sentimentos faz-se crucial em um momento como esse.

Entre as participantes na oficina, o acolhimento psicológico da vítima foi uma experiência importante em comum a algumas. Por outro lado, a denúncia na delegacia só apareceu em um caso em que o agressor não era alguém próximo da vítima. Podemos arriscar aqui alguns elementos que nos ajudem a pensar as razões para que a delegacia não tenha sido procurada retomando o que foi trazido nas falas das próprias mulheres. Um primeiro ponto é pensar que se as mulheres levam anos ou meses

para perceberem que foram vítimas de violência, isso dificulta que haja a procura da justiça. Além disso, o tempo para conseguir falar sobre o ocorrido também costuma ser muito longo, a princípio, como já foi relatado, costuma-se falar apenas para pessoas nas quais se confia. É preciso, portanto, ponderar que nem sempre a pessoa que irá ouvir o relato saberá o que fazer diante da situação e da importância de se buscar a punição do agressor.

A partir da fala e da importância dos relatos e das denúncias, as participantes começaram a refletir sobre o compartilhamento de experiências. Sendo assim, ainda que exista uma multiplicidade de experiências e de mulheres, quando se compartilha vivências é como se as experiências individuais fossem também coletivas, como se pudessem se reconhecer naquela mulher que está ao lado, a trajetória torna-se, então, menos solitária e passa a fazer sentido o tipo de percurso que foi traçado desde então. Reconhecer-se na outra faz parte de uma concretização do sentimento de solidariedade que pode e deve-se lutar para que exista entre as mulheres.

Nesse sentido, é importante salientar que ao escrever tantas páginas falando sobre casos de violência, trazendo estatísticas ou estratégias de enfrentamento, nosso objetivo é demonstrar o quanto as mulheres não correspondem ao ideal de sexo frágil tão reproduzido pela sociedade. Combatermos o sentimento de culpa, dar voz e valor às nossas vontades, buscar espaços em que possamos conversar, compartilhar e trocar experiências, nos auto-organizar e buscar formas de enfrentamento coletivo para combater esses casos nos faz perceber que mudar o nosso destino, traçar um outro percurso é algo que está em nossas mãos.

É interessante notarmos, por fim, que não é preciso ter sido vítima de violência para que andemos sempre prontas para o enfrentamento, o simples fato de sermos mulheres já nos faz ser possíveis vítimas. Diante disso, mudar o mundo para que as próximas gerações de mulheres possam ter o direito de viver sem violência e não precisem correr até em casa, por acharem que a rua não é um espaço seguro, nem transformar qualquer desconhecido em um possível agressor é algo que precisamos transformar em uma luta cotidiana e constante. Nesse processo, lembrar que não falamos de outras mulheres quando o assunto é violência, mas que estamos falando de nós mesmas é crucial para entendermos o quanto a mudança partirá de nossas lutas, do nosso fortalecimento enquanto mulheres, sem esquecermos jamais a multiplicidade que reside no que é ser mulher, mas também da convicção de que há algo que nos une para além da possibilidade de sermos vítimas de violência, refiro-me à vontade de mudar o mundo.